
ASSOCIAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE E AS ESCOLHAS CONTÁBEIS DE COMPANHIAS BRASILEIRAS LISTADAS

Aline Fernandes Pinto ¹
Sirlei Lemes ²

▪ Artigo recebido em: 04/04/2019 ▪ Artigo aceito em: 22/02/2021 ▪▪ Segunda versão aceita em: 29/03/2021

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar a associação entre as empresas de auditoria independente e as escolhas contábeis. A amostra foi composta por 135 companhias de capital aberto brasileiras, listadas na B3, no período de 2010 a 2017. Foram avaliadas as escolhas contábeis relativas à mensuração de propriedades para investimentos, mensuração dos estoques, taxa de depreciação, método de depreciação, reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, reconhecimento das compras ou vendas regulares de ativos financeiros, classificação de juros pagos, classificação de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos. Essas escolhas foram selecionadas por estarem contidas explicitamente nas normas contábeis e, portanto, serem de fácil identificação nas demonstrações contábeis. Para testar a associação entre as empresas de auditoria e as escolhas contábeis foi utilizado o teste Qui-quadrado. Os resultados apontam a associação da mudança da empresa de auditoria com todas as escolhas contábeis investigadas, exceto a mensuração dos estoques e a classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos. Adicionalmente, verificou-se que o fato de a empresa de auditoria ser uma Big Four está associado à mudança de práticas relativas à mensuração de propriedades para investimentos, mensuração de estoques e classificação de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos. As evidências do estudo indicam que a auditoria pode ser um fator relevante para o entendimento das práticas contábeis adotadas pelas empresas.

¹ Mestre em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal Uberlândia - FACIC/UFU. Endereço: Avenida João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Monica, Bloco F, CEP: 38.408-100 – Uberlândia, MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4176. E-mail: fernandes.aline63@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-6466-5226>

² Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo - USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Endereço: Avenida João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Monica, Bloco F, CEP: 38.408-100 – Uberlândia, MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4176. E-mail: sirlemes@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-3334-4240>

Editor responsável pela aprovação do artigo: Dr. João Estevão Barbosa Neto
Editora responsável pela edição do artigo: Dr^a. Bruna Camargos Avelino

Palavras-Chave: Escolhas Contábeis. Auditoria. Mudança da empresa de auditoria.

ASSOCIATION BETWEEN INDEPENDENT AUDIT COMPANIES AND ACCOUNTING CHOICES OF BRAZILIAN LISTED COMPANIES

ABSTRACT

The present study aims to verify the association between independent auditing companies and accounting choices. The sample consisted of 135 Brazilian listed companies in B3 from 2010 to 2017. The accounting choices regarding the measurement of investment properties, inventory measurement, depreciation rate, depreciation method, operating lease, recognition of purchases or regular sales of financial assets, classification of interest expense, classification of dividends and interest on own capital paid and dividends and interest on own capital received. These choices are selected because they are explicitly contained in the accounting standards and, therefore, are easy to identify in the financial statements. To test the association between audit firms and accounting choices, the Chi-square test was used. The results point to the association of the change of the audit firm with all the accounting choices made, except for the measurement of inventories and the classification of dividends and interest on own capital paid. Additionally, it was verified that the fact that the audit firm is a Big Four is associated with changes in practices related to the measurement of investment properties, inventory measurement and the classification of dividends and interest on own capital paid. Evidence from the study indicates that the audit can be a relevant factor for the understanding of the accounting practices adopted by the companies.

Keywords: Accounting Choices. Audit. Change of Audit Company.

1 INTRODUÇÃO

Estudos na literatura nacional e internacional têm em comum a identificação dos fatores que podem determinar as escolhas contábeis (Hagerman & Zmijewski, 1979; Cole, Branson & Breesch, 2011; Souza & Lemes, 2016; Silva, 2016). Todavia, uma possível associação entre a empresa de auditoria e as escolhas contábeis ainda é pouco verificada. Cole, Branson e Breesch (2013), Souza e Lemes (2016) e Silva (2016) testaram se a auditoria realizada por uma Big Four estaria associada às escolhas contábeis das empresas. Contudo, a possibilidade de a mudança de empresa de auditoria influenciar as escolhas das práticas contábeis ficou fora do escopo desses estudos.

A ideia de que a auditoria possa ser um elemento que influencie a opção por uma ou outra prática contábil pode ser reforçada com a afirmação de Messier, Quick e Vandervelde (2014) de que mesmo com a adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS), o julgamento do fato econômico, muitas vezes, pode ser realizado de acordo com a percepção do auditor. Ainda segundo os autores, apesar da mudança das normas contábeis para um padrão baseado em princípios, as transações ainda podem ser registradas com base no padrão anterior, fundamentado em regras, caso esta

seja a percepção do auditor. Assim, entender o papel que os auditores exercem sobre as escolhas contábeis pode colocar o tema sob uma nova perspectiva, qual seja, a de que outros interesses são subjacentes às práticas escolhidas pelas empresas.

Jones e Higgins (2006) enfatizam que a auditoria é considerada um fator importante para a manutenção da qualidade dos relatórios financeiros. Além disso, os auditores podem ser apontados como uma das partes mais envolvidas com o processo de adoção das IFRS, atuando como consultores ou validando as demonstrações financeiras (Jones & Higgins, 2006). No entanto, é importante ressaltar que a prestação de serviços não relacionados à auditoria é vedada aos auditores independentes. Apesar disso, para alguns autores, como Cole, Branson e Breesch (2013), os auditores frequentemente assumem o papel de assessores, influenciando diretamente na preparação das demonstrações contábeis. Ademais, com a adoção das IFRS e o aumento da subjetividade de critérios, os auditores passam a exercer um papel essencial, uma vez que as citadas normas determinam julgamentos e estimativas mais complexos na elaboração das demonstrações contábeis (De George, Li & Shivakumar, 2016).

Em circunstâncias nas quais as normas contábeis não demonstram uma orientação de maneira clara sobre determinada prática ou em que o tratamento contábil apropriado não esteja claro, os auditores devem fazer uma recomendação ao cliente a respeito de como a contabilidade deve proceder (Salterio & Koonce, 1997). A interação entre os auditores e seus clientes pode abranger assuntos relacionados à conduta da auditoria, à resolução de um conflito, a uma troca de informações e ao conteúdo dos relatórios financeiros (Beattie, Fearnley & Brandt, 2000). Destaca-se, assim, a possibilidade de uma participação dos auditores na preparação das demonstrações financeiras, auxiliando os gestores na definição das práticas contábeis e nos julgamentos mais complexos.

Ressalta-se a possibilidade do surgimento de divergências entre o auditor e o gestor (Fields, Lys & Vincent, 2001). Segundo os autores, a divulgação de informações contábeis pode ser entendida como um conflito entre o gestor, que deseja aumentar o valor percebido pelos investidores da empresa, e o auditor, que deseja reduzir os erros de análise dos investidores. Os conflitos na relação entre o auditor e o gestor também podem se originar quando os auditores optam por uma prática contábil mais conservadora, ou seja, uma escolha contábil que leve a uma redução no resultado ou nos fluxos de caixa operacionais da empresa, e a preferência do gestor seja por métodos menos conservadores (DeFond & Subramanyam, 1998).

DeFond e Subramanyam (1998) verificaram possíveis incentivos do auditor para optar por escolhas contábeis conservadoras, além de investigarem se a mudança do auditor está relacionada às escolhas contábeis mais conservadoras. Os autores observaram que os accruals discricionários são decrescentes durante o último ano do auditor e, normalmente, irrelevantes durante o primeiro ano do auditor sucessor. Ademais, os accruals discricionários decrescentes estão mais presentes entre as empresas que esperam correr maior risco de litígio. Nesse sentido, os autores inferem que os riscos de litígio funcionam como um incentivo para que os auditores demonstrem preferência por escolhas contábeis mais conservadoras e que os gestores tendem a optar pela troca do auditor com a intenção de encontrar um auditor menos conservador.

Reforça-se a relevância de investigar a relação entre as escolhas contábeis e a atuação das empresas de auditoria, tendo em vista a importância das escolhas contábeis para a representação fidedigna das informações contábeis, bem como da auditoria no processo de validação das demonstrações contábeis. Posto isto, a presente pesquisa tem como objetivo verificar a associação entre as empresas de auditoria independente e as escolhas contábeis. Adicionalmente, pretende-se observar se as companhias tendem a adotar escolhas contábeis mais ou menos conservadoras.

Para Paulo (2007) as demonstrações contábeis auditadas estariam menos expostas às distorções, apresentando um melhor conteúdo informacional quando comparadas com as demonstrações não auditadas. No entanto, ao adotar uma prática contábil indicada pelo auditor, o gestor pode deixar de lado a prática contábil mais apropriada, impactando, assim, a qualidade da informação contábil. Dessa forma, entender os fatores que podem influenciar a decisão dos gestores na tomada de decisão por determinado método contábil é relevante, visto que as escolhas contábeis podem afetar diretamente a qualidade das informações contábeis que serão reportadas aos investidores e demais usuários.

É relevante destacar que, conforme a Instrução nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o auditor não pode prestar serviços para uma mesma empresa por um prazo superior a cinco anos, tornando o rodízio de auditores e de firmas de auditoria obrigatório no Brasil. Dessa forma, o presente estudo também pretende contribuir com a literatura ao investigar se o rodízio das empresas de auditoria tende a provocar frequentes alterações nas práticas contábeis das empresas brasileiras, resultando em uma redução na consistência e na comparabilidade dos relatórios financeiros.

A mudança da empresa de auditoria como um fator associado à escolha contábil, até onde foi possível observar, foi considerada somente por Defond e Subramanyam (1998). Entretanto, para testar essa associação, os autores recorreram aos accruals, não focalizando nas escolhas contábeis em si. Nesse sentido, o presente estudo pretende ampliar o escopo da literatura de escolhas contábeis, dando destaque à possibilidade de que a atuação dos auditores esteja associada à prática contábil escolhida, além de ter como diferencial investigar a associação entre a mudança da empresa de auditoria e as alterações das escolhas contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As escolhas contábeis são definidas por Watts (1992) como a decisão do gestor de uma empresa por um método contábil em detrimento a outro. As opções de escolhas presentes nas normas contábeis podem ser justificadas, de acordo com Cole, Branson e Breesch (2013), pelas diferenças existentes entre as empresas, como o país de origem, fatores ambientais, indústria, distintos modelos de negócios, que venham a determinar tratamentos contábeis diferentes. Assim, as escolhas contábeis podem ser entendidas como uma forma de elevar a representação fidedigna das informações contábeis, uma vez que os gestores podem optar pelo método contábil que melhor represente a realidade econômico-financeira da empresa.

Kothari, Ramanna e Skinner (2010) entendem que quando as normas contábeis têm os princípios por base, a aplicação das políticas contábeis normalmente tende a ser realizada por meio do uso de regras de trabalho. Dessa forma, a maneira como as normas contábeis baseadas em princípios são aplicadas pode interferir consideravelmente na qualidade das demonstrações financeiras das empresas (Kothari, Ramanna & Skinner, 2010). Conforme Francis, Pinnuck e Watanabe (2014) a qualidade da informação contábil possibilita aos usuários verificar diferenças e semelhanças no resultado financeiro das empresas, no entanto, essa comparabilidade pode ser impactada por outros fatores econômicos e institucionais, destacando-se, dentre esses fatores, a auditoria.

As empresas de auditoria frequentemente possuem um conjunto de regras de trabalho internas que direcionam e padronizam a execução da auditoria e a aplicação de normas contábeis pelos clientes (Francis, Pinnuck & Watanabe, 2014). Entende-se que as empresas de auditoria adotam estilos de auditoria diferentes entre si, apresentando, conseqüentemente, diferenças na interpretação das normas contábeis, bem como em suas abordagens de auditoria. Assim, de acordo com os autores, as demonstrações financeiras de companhias auditadas pela mesma empresa de auditoria tendem a ter maior comparabilidade entre si, uma vez que os clientes estariam seguindo as mesmas orientações dos auditores na preparação das demonstrações financeiras.

Conforme apontam Holthausen e Leftwich (1983), a opção por uma escolha contábil pode envolver conseqüências econômicas. Segundo os autores, as alterações realizadas nas escolhas utilizadas para o cálculo dos números contábeis podem afetar a distribuição dos fluxos de caixa da empresa ou a distribuição de lucros dos investidores, que usam as informações financeiras para a tomada de decisão. A identificação dos fatores que podem influenciar a decisão do gestor por uma escolha contábil é amplamente discutida na literatura contábil (Hagerman & Zmijewski, 1979; Missonier-Piera, 2004; Waweru, Ntui & Mangena, 2011; Christensen & Nikolaev, 2013; Ali & Ahmed, 2017). Nesse contexto, identificar os fatores que podem afetar a decisão dos gestores por um ou outro método contábil torna-se relevante, dado o impacto das escolhas contábeis no resultado das empresas. Watts e Zimmerman (1990) salientam que a maior parte dos estudos relacionados às escolhas contábeis admite que os gestores tendem a optar por um método contábil para transferir riquezas para si em detrimento de outras partes. No entanto, o presente estudo pretende abordar outro fator que também afeta a decisão dos gestores: a empresa de auditoria.

Hagerman e Zmijewski (1979) buscaram detectar variáveis econômicas que podem influenciar a opção por uma escolha contábil. Os autores identificaram que o tamanho da empresa, o risco e a intensidade de capital estão relacionados, positivamente, com a chance de uma empresa optar por práticas contábeis que reduzem o lucro. Ademais, os autores afirmam que, caso a empresa possua um plano de participação nos lucros, a probabilidade de que o gestor opte por uma escolha que eleve os resultados é maior. Além de identificar determinantes das escolhas contábeis, os autores indicam que os gestores se valem de variáveis econômicas diferentes na decisão de uma escolha contábil, ou seja, os gestores não tomam como base para suas decisões as mesmas variáveis econômicas.

Missonier-Piera (2004) verificou os determinantes econômicos relacionados às escolhas contábeis em empresas suíças. Os resultados apontaram que os

gestores tendem a optar por métodos contábeis que reduzam os custos de dívidas e elevam sua remuneração. Foi identificado no estudo que a alavancagem, a natureza da dívida (pública ou privada), a existência de oportunidades de investimento, a estrutura de propriedade e as especificidades dos ativos são fatores positivamente associados à opção dos gestores por escolhas contábeis menos conservadoras, ou seja, aquelas que elevam o resultado da empresa. Por outro lado, o autor evidenciou que o tamanho da empresa e a intensidade da força de trabalho estão negativamente associados às escolhas contábeis menos conservadoras.

É possível apontar que a decisão por uma escolha contábil pode ser influenciada por diversos fatores econômicos, o que é corroborado por Waweru, Ntui e Mangena (2011). Esses autores identificaram os determinantes das escolhas contábeis na Tanzânia, obtendo evidências de que a alavancagem financeira não foi um fator que apresentou relação com as escolhas contábeis. Os autores também afirmam que a intensidade da força de trabalho e a proporção de administradores que não são executivos da empresa estão negativamente associadas às escolhas contábeis mais conservadoras, e companhias que necessitam de um maior financiamento interno optam por escolhas menos conservadoras, uma vez que, para conseguir um maior financiamento, é preciso demonstrar aos investidores um maior resultado. Os autores detectaram também que empresas maiores tendem a optar por escolhas contábeis menos conservadoras, e, para esse item específico, o resultado se contrapôs ao encontrado por Missonier-Piera (2004).

Cole, Branson e Breesch (2013) examinaram se as empresas europeias fazem uso das escolhas contábeis e quais os determinantes que influenciam essas escolhas. Os autores investigaram um grupo de 31 escolhas presentes nas IFRS. Das escolhas analisadas, eles identificaram que nove são utilizadas por menos de 10% das empresas em um contexto europeu, e 22 escolhas são adotadas de maneira diferente pelas companhias europeias. Quanto aos determinantes das escolhas contábeis, segundo os autores, de maneira geral, elas são influenciadas pelo país de origem da empresa, pelo setor e tipo de empresa de auditoria (Big Four ou não Big Four).

Souza e Lemes (2016) investigaram o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados; de ativos intangíveis e de PPI das companhias abertas pertencentes ao Brasil, ao Chile e ao Peru; e as características que poderiam influenciar as escolhas contábeis dos gestores dessas entidades. Os resultados sugerem, de maneira geral, que houve aumento de comparabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis e que os fatores país, rentabilidade, relevância dos ativos no balanço patrimonial, setor de atuação, tempo de adoção das IFRS, auditoria por Big Four, tamanho da empresa e endividamento podem influenciar as escolhas contábeis relacionadas ao imobilizado. Destaca-se para o presente estudo a influência da empresa de auditoria Big Four nas escolhas contábeis.

Silva (2016) diagnosticou características corporativas associadas à realização de múltiplas escolhas contábeis em empresas de grande porte no Brasil. Evidenciou-se, no estudo, que as características econômicas, contratuais e institucionais estão associadas a uma ou mais escolhas contábeis realizadas nas companhias analisadas durante e após a adoção das IFRS. Dentre as características institucionais investigadas pela autora, distingue-se a existência de

associação entre o tipo de auditoria (Big Four ou não Big Four) e escolhas de mensuração (taxa de depreciação), e de reconhecimento (as subvenções governamentais e ao arrendamento mercantil operacional).

Ali e Ahmed (2017) constataram os determinantes da escolha contábil de empresas listadas no Sul da Ásia. O tamanho da empresa, as oportunidades de investimento e a alavancagem estão negativamente associadas à opção por escolhas contábeis menos conservadoras enquanto o fato de ser uma companhia de capital aberto está positivamente associado às escolhas contábeis menos conservadoras (Ali & Ahmed, 2017).

Observa-se, nos estudos mencionados, que, de modo geral, tem-se como determinante da escolha contábil o tipo de empresa de auditoria (Big Four ou não Big Four). A mudança da empresa de auditoria como um possível determinante da escolha contábil foi considerada somente por Defond e Subramanyam (1998). Entretanto, para testar essa possível associação, os autores recorreram aos accruals, havendo, portanto, a oportunidade de analisar o problema e focar nas escolhas contábeis em si e nas suas alterações, a partir da mudança da empresa de auditoria.

O processo de auditoria é considerado por Beattie, Fearnley e Brandt (2000) como essencial para a manutenção da integridade dos relatórios financeiros e da confiança dos investidores. Assim sendo, a Norma Técnica de Auditoria Independente - 200 (NBC TA 200 R1) frisa, como objetivo da auditoria, elevar o nível de confiança dos usuários nas demonstrações financeiras, por meio da emissão de uma opinião do auditor a respeito da elaboração das demonstrações contábeis e se estas estão em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Firmino, Damacesna e Paulo (2010) reiteram que, mesmo a auditoria estando exposta a aspectos subjetivos, sob o ponto de vista dos usuários da informação, a opinião do auditor demonstra convicção a respeito da realidade econômico-financeira das empresas. Os usuários das demonstrações financeiras confiam no papel da auditoria, pois o auditor tem como base de sua profissão a independência, devendo ser imparcial em relação à empresa auditada (Martinez, 2010). Quick e Warming-Rasmussen (2009) destacam que, caso os destinatários da informação financeira presumam que o auditor não seja independente, eles poderão mostrar pouca confiança nas demonstrações contábeis da empresa auditada.

Beattie, Fearnley e Brandt (2000) mencionam que os gestores tendem a buscar o apoio do auditor em questões relacionadas ao controle interno e orientações sobre princípios contábeis. Contudo, os serviços não relacionados à auditoria, como consultorias, ameaçam a independência do auditor, em consequência do vínculo econômico auditor-cliente (Quick & Warming-Rasmussen, 2009). Após os escândalos corporativos, como o da Enron e da WorldCom, surgiram questionamentos por parte dos reguladores sobre a independência do auditor (Daniels & Booker, 2011). Em função desses questionamentos, no ano de 2002 foi aprovada a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), que proibiu que as empresas de auditoria prestassem outros serviços não relacionados à auditoria.

Com a adoção das IFRS, as normas contábeis passaram a ser baseadas em princípios, fazendo com que o trabalho dos auditores passasse, teoricamente, a

ser executado com maior esforço e detalhamento, aumentando, conseqüentemente, os riscos de litígio para os auditores, visto que estes não podem mais se pautar em diretrizes ou regras específicas como forma de defesa de possíveis litígios (De George, Li & Shivakumar, 2016). No entanto, conforme mencionado anteriormente, para Messier, Quick e Vandervelde (2014), mesmo com a adoção das IFRS, a fundamentação em princípios pode ensejar o registro das transações com base no padrão anterior, baseado em regras, caso esta seja a percepção do auditor.

Quando os auditores negociam com clientes, eles precisam lidar com a necessidade de manter um bom relacionamento e, ao mesmo tempo, garantir que as demonstrações financeiras não tragam erros e distorções relevantes (Perrealt & Kida, 2011). Hatfield e Mulles (2015) defendem que, apesar de a preparação das demonstrações contábeis ser de incumbência da administração, elas podem ser resultantes do empenho conjunto da administração e dos auditores, além de, eventualmente, ser produto de possíveis negociações entre as duas partes. Corroborando essa afirmação, Cole, Branson e Breesch (2013) postulam que, além de oferecerem restrições ao uso inadequado dos critérios contábeis, os auditores ainda exercem o papel de consultores, influenciando a preparação das demonstrações contábeis. Segundo esses autores, durante a adoção das IFRS, diversas companhias buscaram sugestões com seus auditores e as empresas de auditoria costumam fornecer a seus clientes modelos para a preparação das demonstrações financeiras, além de listas de verificação de divulgações.

DeFond e Jiambalvo (1992) assinalam que as preferências do auditor tendem a preponderar sobre as da administração, uma vez que os auditores devem relatar, em sua opinião, as situações em que a administração optou por adotar uma escolha contábil divergente do julgamento do auditor. Sendo assim, os auditores adotam uma postura mais conservadora, resistindo à adoção de escolhas que elevem os resultados (Defond & Jiambalvo 1992). Para Defond e Subramanyam (1998), os auditores reduzem os riscos de litígios ao sugerir que a administração opte por escolhas contábeis mais conservadoras, já que estas escolhas reduzem os resultados da empresa – ideia reforçada por Watts (2003), o qual afirma que o risco de litígio é maior quando o lucro e os ativos líquidos das empresas apresentam valores mais elevados. Perrealt e Kida (2011) enfatizam que os auditores tendem a recomendar aos clientes ajustes nas demonstrações financeiras que resultam em uma redução do resultado que seria reportado, mas que os clientes podem resistir em fazer os ajustes recomendados, uma vez que eles preferem apresentar resultados maiores.

Entende-se que existe um conflito entre auditores que buscam se proteger de litígios, sugerindo modificações nas demonstrações financeiras com o intuito de reduzir o resultado a ser apresentado, e gestores que buscam demonstrar maiores resultados. Defond e Subramanyam (1998) confirmam essa ideia quando salientam que as divergências entre auditores e clientes, normalmente, ocorrem quando o auditor opta por um método contábil que resultará em um ganho mais baixo do que quando aplicado o método pretendido pela administração, gerando um resultado mais conservador do que o esperado por esta.

Ressalta-se, a partir da literatura aqui discutida, que os auditores possuem um papel importante no processo de emissão dos relatórios das companhias às quais prestam serviços. Mesmo com o impedimento dos auditores externos de

executar outros serviços além da auditoria, alguns estudos (Defond & Subramanyam, 1998; Perrealt & Kida, 2011; Cole, Branson & Breesch, 2013; Hatfield & Mulles, 2015) defendem a ideia de que os auditores podem estar exercendo um papel de consultores para as empresas e que nesse papel tendem a sugerir que as empresas adotem escolhas contábeis mais conservadoras. Segundo DeFond e Subramanyam (1998), a companhia auditada pode optar pela troca do auditor, caso considere que outro auditor será menos conservador. Posto isto, a hipótese do presente estudo é descrita a seguir:

H1: As mudanças das escolhas contábeis estão associadas positivamente à mudança das empresas de auditoria.

Com os resultados obtidos, a partir do teste da hipótese do estudo, espera-se identificar que as empresas de auditoria têm influenciado a decisão das companhias por um ou outro método contábil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra do estudo é composta por companhias de capital aberto brasileiras listadas na B3 no período de 2010 a 2017. Foram excluídas da amostra as empresas do setor de finanças e seguros em razão de suas especificidades e legislação própria. Levando-se em conta uma população de 335 empresas, a amostra foi calculada por proporção, considerando um nível de confiança de 95%, uma margem de erro de 5% e uma probabilidade de ocorrência de 0,3. O tamanho da amostra calculado foi de 135 companhias. Na Tabela 1 está ilustrada a composição da amostra.

Tabela 1

Composição da amostra

Descrição	Empresas
Total de empresas ativas listadas na B3 conforme o software Economatica®	369
Exclusão das empresas do setor de Finanças e Seguros	34
Amostra sem as empresas do setor de Finanças e Seguros	335
Amostra final calculada por proporção	135

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para a realização do estudo foi utilizada a classificação setorial do software Economatica®. Com a finalidade de garantir a representatividade de cada setor, manteve-se a mesma proporcionalidade na amostra que há na população. Para calcular a representatividade de cada setor, foi dividido o número de empresas do setor na população pelo tamanho da população. Em seguida, multiplicou-se a representatividade do setor pelo tamanho da amostra para encontrar o número de empresas por setor na amostra. A quantidade de empresas da amostra por setor está demonstrada na Tabela 2.

Tabela 2

Definição da amostra por setor

Setor	Empresas por setor	Amostra por setor	Representatividade do setor
Agro e Pesca	5	2	1,49%
Alimentos e Bebidas	15	6	4,48%
Comércio	21	8	6,27%
Construção	23	9	6,87%
Eletroeletrônicos	5	2	1,49%
Energia Elétrica	45	18	13,43%
Máquinas Industriais	6	2	1,79%
Mineração	5	2	1,49%
Minerais Não Metálicos	3	1	0,90%
Outros	95	38	28,36%
Papel e Celulose	5	2	1,49%
Petróleo e Gás	9	4	2,69%
Química	11	5	3,28%
Siderurgia & Metalurgia	20	8	5,97%
Software e Dados	6	2	1,79%
Telecomunicações	9	4	2,69%
Têxtil	19	8	5,67%
Transportes e Serviços	19	8	5,67%
Veículos e Peças	14	6	4,18%
Total	335	135	100,00%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após o cálculo da quantidade de empresas por setor, a definição das empresas presentes na amostra foi realizada de forma aleatória por meio de sorteio.

De acordo com a Instrução nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o auditor independente não pode prestar serviços para um mesmo cliente por um prazo superior a cinco anos, conforme mencionado. Dessa forma, foram objeto de coleta de dados os relatórios financeiros durante o período de oito anos, com o intuito de captar as mudanças das empresas de auditoria. Foram testadas nove escolhas contábeis, classificadas por Cole, Branson e Breesch (2013) como claras ou explícitas que, de acordo com os autores, são aquelas que estão claramente dispostas nas normas contábeis e de fácil identificação nas demonstrações financeiras. As escolhas claras podem estar relacionadas à mensuração, reconhecimento, classificação, apresentação e ao momento de reconhecimento de uma norma (Silva, 2016). As escolhas relacionadas à mensuração observadas no estudo foram: mensuração de propriedades para investimentos, mensuração de estoques e a taxa de depreciação. As escolhas referentes ao reconhecimento foram: o método de depreciação, o reconhecimento de parcelas do arrendamento operacional e o reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros. As escolhas de classificação estão relacionadas aos juros pagos, dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos.

De acordo com Silva (2016), as escolhas contábeis referentes à mensuração estão relacionadas à escolha de um método contábil para mensurar um evento econômico. As propriedades para investimentos (PPI) são propriedades mantidas com o intuito de obter renda de aluguéis ou valorização de capital (CPC, 28). Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 28, inicialmente, as PPI devem ser mensuradas ao custo. Posteriormente à mensuração inicial, as

companhias podem optar pela mensuração ao custo ou valor justo, devendo aplicar a escolha adotada a todas as suas PPI. No que se refere à classificação da escolha contábil, no presente trabalho, o custo histórico foi considerado como uma escolha mais conservadora – posição também adotada por Botinha (2017), o qual justifica a posição pelo efeito da prática na redução do resultado reportado.

Quando se trata da mensuração dos estoques, o Pronunciamento Técnico CPC 16 esclarece que, quando a identificação dos custos não é apropriada, um critério de valoração dos estoques deve ser empregado. As opções oferecidas pelo CPC 16 são Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS) e custo médio ponderado. O custo médio é estabelecido com base na média ponderada do custo de itens semelhantes no início do período e dos custos de itens comprados ou produzidos no período (CPC 16). Conforme o método PEPS, a baixa nos estoques ocorre para os itens que foram comprados ou produzidos primeiro. Com relação à classificação da escolha contábil, assim como Missonier-Piera (2004), o presente estudo entende que a opção pelo método custo médio ponderado leva a uma redução no resultado da companhia, sendo considerado, portanto, uma escolha mais conservadora.

Com relação à taxa de depreciação, o Pronunciamento Técnico CPC 27 não estabelece claramente as opções para o uso de uma ou outra taxa de depreciação específica. Contudo, é mencionado no Pronunciamento que a depreciação deve ser realizada em consonância com a vida útil estimada do bem. O tratamento da taxa de depreciação como uma escolha relacionada à mensuração justifica-se, segundo Silva (2016), pelo impacto direto da depreciação no ativo imobilizado. Dessa forma, no Brasil, as companhias podem optar por depreciar seus bens por meio da taxa econômica, fiscal e, em alguns casos específicos, como os das empresas do setor elétrico, a taxa de depreciação é regulada por um órgão do setor, como a ANEEL (Silva, 2016). No presente trabalho, o uso da taxa de depreciação econômica é ponderado como uma opção menos conservadora, ideia reforçada por Dichev e Li (2013). Os autores mencionam que empresas que possuem bens imobilizados com maior vida útil tendem a optar por escolhas contábeis menos conservadoras.

Com relação às escolhas contábeis de reconhecimento, Silva (2016) argumenta que estas estão ligadas a como reconhecer determinado evento econômico e ao seu efeito nas demonstrações financeiras. Quando se refere ao método de depreciação, o CPC 27 permite que as empresas optem por três métodos: o linear, o método das unidades produzidas, e o método dos saldos decrescentes. O método linear leva ao reconhecimento de uma despesa constante durante a vida útil do ativo, considerando que seu valor residual continue o mesmo. Pelo método das unidades produzidas, a despesa de depreciação tem como base a produção. E, por fim, o método dos saldos decrescentes leva a uma despesa de depreciação decrescente durante a vida útil do ativo (CPC 27). No que se refere à classificação do método de depreciação, o presente trabalho considera o método linear como menos conservador – posição também adotada por Astami e Tower (2006). Segundo os autores, a escolha do método linear para a depreciação leva a um aumento nos resultados, quando comparada aos demais métodos de depreciação. Assim sendo, a opção pelo método linear pode ser considerada como menos conservadora.

O Pronunciamento Técnico CPC 06 descreve, como arrendamento mercantil operacional, o arrendamento em que não há a transferência de todos os riscos e benefícios intrínsecos à propriedade, ou seja, os riscos e benefícios permanecem com o arrendador. Com relação ao reconhecimento de parcelas do arrendamento operacional, o CPC 06 estabelece que estas devem ser reconhecidas linearmente no resultado, a menos que outra base sistemática seja mais representativa. Portanto, entende-se que o reconhecimento de forma linear leve a um aumento nos resultados, posto que a despesa reconhecida mensalmente é constante, sendo, portanto, considerado, no presente estudo, como menos conservadora.

A compra e venda regular de ativos financeiros é aquela na qual os termos que exigem a entrega do ativo no prazo estão estabelecidos em contratos. Normalmente, esses termos são determinados por regulações ou convenções do mercado em questão (CPC 38). O Pronunciamento Técnico CPC 38 permite o reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros na data da negociação ou na data da liquidação. No presente estudo, entendeu-se como mais conservadora a opção pelo reconhecimento na data da negociação, uma vez que é a data em que a empresa assume o compromisso de comprar ou vender o ativo.

As escolhas contábeis de classificação estão relacionadas à disposição e agregação dos elementos nas demonstrações contábeis (Silva, 2016). Quanto à classificação dos juros pagos e dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) pagos, o Pronunciamento Técnico CPC 03 permite sua classificação nos fluxos de caixa operacionais ou nos fluxos de caixa de financiamento. Quanto aos dividendos e JSCP recebidos, estes podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais e de investimentos. Gordon et al. (2017) mencionam que, para elevar os fluxos de caixa operacionais, as companhias tendem a classificar os dividendos e JSCP recebidos nas atividades operacionais, e os juros pagos e dividendos e JSCP pagos nos fluxos de caixa das atividades de financiamento. Nesse sentido, aqui se considera que a classificação de juros pagos e dividendos, e JSCP pagos nas atividades de financiamento e a classificação dos dividendos e JSCP recebidos nas atividades de investimento como escolhas contábeis menos conservadoras, visto que haverá elevação dos fluxos de caixa operacionais.

Na Tabela 3 estão exibidas as escolhas contábeis abordadas na pesquisa e seu impacto nos resultados e fluxo de caixa operacional.

Tabela 3

Lista de escolhas contábeis abordadas na pesquisa

Tipo de escolha	Escolhas contábeis	Prática mais conservadora	Prática menos conservadora
Escolhas de Mensuração	PPI Estoques	Custo Histórico Custo Médio Ponderado	Valor Justo PEPS
	Taxa de Depreciação	Taxa Econômica/Regulatória	Fiscal
Escolhas de Reconhecimento	Método de Depreciação	Saldos Decrescentes/ Unidades Produzidas	Linear
	Parcelas Arrendamento Mercantil Operacional Compras ou Vendas Regulares de Ativos Financeiros	Linear Data da Negociação	Base Sistemática Data de Liquidação
Escolhas de Classificação	Juros Pagos	Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Financiamento
	Dividendos e JSCP Pagos	Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Financiamento
	Dividendos e JSCP Recebidos	Fluxo de Caixa Investimento	Fluxo de Caixa Operacional

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A coleta dos dados foi feita manualmente a fim de identificar, nas demonstrações financeiras, as escolhas contábeis, a empresa de auditoria e se a empresa de auditoria é uma *Big Four* (KPMG, PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu e Ernst & Young) ou não. Foram verificadas as escolhas contábeis listadas no Quadro 3 para cada tipo de escolha observada, ou seja, com base nas notas explicativas das empresas da amostra identificou-se a prática adotada em cada tipo de escolha. Adicionalmente, considerou-se a opção “não menciona” quando a empresa possuía o item nas demonstrações financeiras, porém não evidenciava a forma de reconhecimento, mensuração ou classificação nas notas explicativas. Também se considerou a opção “não se aplica” quando, para a prática avaliada, não foi encontrada nenhuma informação, nem nas demonstrações contábeis e nem nas notas explicativas.

Para a identificação da mudança da escolha contábil, foram desconsideradas as opções “não menciona” e “não se aplica”, levando em conta apenas as empresas que divulgaram a opção por um ou outro método contábil. Complementarmente, caso a empresa tenha adotado um ou outro método no ano posterior ao ano em que a escolha foi tratada como “não menciona” e “não se aplica”, isso foi considerado uma mudança de prática contábil. Além disso, foram utilizadas as variáveis dicotômicas, mudança da empresa de auditoria e *Big Four*. Considerou-se como “1” a mudança da empresa de auditoria e “0” quando não houve alteração na empresa de auditoria. Para a variável *Big Four* classificou-se como “1” quando a empresa de auditoria detectada era uma *Big Four* e “0” quando a empresa de auditoria identificada não era uma *Big Four*.

Para o tratamento utilizou-se o teste não paramétrico Qui-quadrado, o qual permite analisar se duas ou mais amostras são estatisticamente diferentes em alguma categoria (Levine et al., 2000). O nível de significância adotado para rejeição ou aceitação das hipóteses foi de $\alpha = 5\%$.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 4 apresenta as práticas contábeis relacionadas à mensuração adotadas pelas companhias da amostra.

Tabela 4
Práticas contábeis relacionadas à mensuração na amostra

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
PPI	Custo	16	22	24	20	16	16	18	19	151
	Valor justo	2	1	2	1	2	3	3	3	17
	Não menciona	7	4	4	5	6	5	5	5	41
	Não se aplica	110	108	105	109	111	111	109	108	871
	Total	135	135	135	135	135	135	135	135	135
Estoques	Custo médio ponderado	83	85	88	87	89	88	87	84	691
	PEPS	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Não menciona	3	3	3	4	3	4	4	6	30
	Não se aplica	48	47	44	44	43	43	44	45	358
	Total	135	135	135	135	135	135	135	135	135
Taxa de Depreciação	Taxa econômica	48	50	51	52	51	53	52	52	409
	Taxa fiscal	53	57	57	55	57	53	54	51	437
	Taxa regulatória	7	6	6	5	5	5	5	4	43
	Não menciona	12	7	7	7	6	7	6	9	61
	Não se aplica	15	15	14	16	16	17	18	19	130
Total	135	135	135	135	135	135	135	135	135	1080

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Verifica-se (Tabela 4) que 80% (871 em 1.080) das companhias da amostra não possuem PPI reconhecidas em suas demonstrações contábeis. As empresas da amostra que possuem PPI optaram, predominantemente, pela mensuração ao custo. Esse resultado também foi identificado por Botinha (2017), segundo o qual a maior parte das companhias que possuem PPI, tanto as listadas na BM&FBOVESPA quanto na NYSE, optou pelo método do custo. Dessa forma, apesar de o CPC 28 trazer uma recomendação para que as companhias adotem o método do valor justo, identifica-se uma preferência das empresas pelo método de custo.

Com relação aos estoques, observa-se que 63,98% (691 em 1.080) das companhias optaram pela mensuração, recorrendo ao custo médio ponderado. Apenas uma empresa mensurou seus estoques utilizando o PEPS. Os resultados observados por Silva (2016) foram semelhantes: das 75 companhias verificadas pela autora, apenas uma serviu-se do PEPS na mensuração dos estoques.

Com relação à taxa de depreciação, percebe-se que 40,46% (437 em 1.080) das companhias optaram pela taxa fiscal e 37% (409 em 1.080) pela taxa econômica. Ademais, no período observado, em média, cinco empresas depreciaram seus ativos utilizando a taxa regulatória. Os resultados divergem dos encontrados por Silva (2016). A autora identificou maior uso das taxas econômicas pelas empresas de sua amostra.

A Tabela 5 mostra as práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento adotadas pelas companhias verificadas.

Tabela 5

Práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento na amostra

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Método de depreciação	Linear	108	107	108	107	109	107	106	106	858
	Saldos decrescentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Unidades produzidas	2	2	2	2	2	2	2	2	16
	Não menciona	12	12	11	10	8	9	9	9	80
	Não se aplica	13	14	14	16	16	17	18	18	126
	Total	135	135	135	135	135	135	135	135	1080
Parcelas do arrendamento mercantil operacional	Linear	32	37	38	35	30	31	30	33	266
	Base sistemática	4	5	4	1	1	0	0	0	15
	Não menciona	7	5	6	6	5	5	6	6	46
	Não se aplica	92	88	87	93	99	99	99	96	753
	Total	135	135	135	135	135	135	135	135	1080
Compras e vendas	Data de negociação	44	45	46	47	44	48	46	49	369
	Data de liquidação	2	3	3	3	2	1	1	0	15
Regulares de ativos financeiros	Não menciona	0	1	0	0	0	0	1	0	2
	Não se aplica	89	86	86	85	89	86	87	86	694
	Total	135	135	135	135	135	135	135	135	1080

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto ao método de depreciação, 79,44% (858 em 1080) das companhias da amostra optaram por depreciar seus ativos pelo método linear. Além disso, nenhuma companhia optou pelo método de saldos decrescentes e apenas duas empresas optaram pelo método de unidades produzidas. Os resultados encontrados por Lemes, Costa e Martins (2018) são semelhantes aos do presente estudo, ou seja, o método linear foi o mais utilizado.

No que se refere às parcelas do arrendamento mercantil operacional, cerca de 25% (266 em 1.080) das companhias optaram pelo método linear para o seu reconhecimento no resultado. Em média, três empresas optaram por outra base sistemática. O método linear também foi o mais utilizado pelas companhias europeias analisadas por Cole, Branson e Breesch (2013), com cerca de 97% das empresas adotando o método linear.

Quanto às compras e vendas regulares de ativos financeiros, 34,16% (369 em 1.080) das companhias as reconhecem na data de negociação. No período examinado, em média, duas empresas optaram por reconhecer as compras e as vendas na data de liquidação. Silva (2016) identificou a preferência das empresas por efetuar o reconhecimento na data da negociação.

Na Tabela 6 estão demonstradas as práticas contábeis relacionadas à classificação adotadas pelas companhias da amostra.

Tabela 6

Práticas contábeis relacionadas à classificação na amostra

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Juros pagos	Operacional	47	49	48	51	51	54	53	53	406
	Financiamento	25	28	35	38	40	38	40	38	282
	Não menciona	54	50	44	38	37	36	35	36	330
	Não se aplica	9	8	8	8	7	7	7	8	62
	Total	135	135	135	135	135	135	135	135	135
Dividendos e JSCP pagos	Operacional	0	0	0	2	1	1	1	1	6
	Investimento	0	0	0	0	1	1	1	2	5
	Financiamento	105	106	106	104	102	103	101	99	826
	Não menciona	1	1	1	2	1	1	2	1	10
	Não se aplica	29	28	28	27	30	29	30	32	233
Total	135	135	135	135	135	135	135	135	135	1080
Dividendos e JSCP recebidos	Operacional	18	18	17	21	22	16	17	15	144
	Investimento	33	39	43	41	40	45	47	46	334
	Financiamento	3	2	2	2	3	3	1	3	19
	Não menciona	4	5	4	3	3	4	5	5	33
	Não se aplica	77	71	69	68	67	67	65	66	550
Total	135	135	135	135	135	135	135	135	135	1080

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto aos juros pagos, 37% (406 em 1.080) das companhias da amostra optaram por classificá-los no fluxo de caixa operacional. Cerca de 26% (282 em 1080) das empresas classificaram os juros pagos nas atividades de financiamento. Os resultados obtidos por Cole, Branson e Breesch (2013) foram semelhantes aos identificados no presente trabalho, apontando a classificação dos juros pagos nos fluxos de caixa operacional por 77% das empresas, enquanto nos fluxos de caixa de financiamento a classificação foi adotada por 20% das companhias europeias.

Com relação aos dividendos e JSCP pagos, a escolha predominante foi o fluxo de caixa de financiamentos com 77% (826 em 1.080) das companhias. Os resultados corroboram os encontrados por Costa et al. (2019). Os autores identificaram que aproximadamente 94% das companhias classificaram os dividendos e JSCP pagos nos fluxos de caixa de financiamento.

Com relação aos dividendos e JSCP recebidos, percebe-se que aproximadamente 31% (334 em 1.080) das empresas optaram por sua apresentação nos fluxos de caixa de investimentos. Além disso, em todo o período verificado, em média, duas empresas apresentaram os dividendos e JSCP recebidos nos fluxos de caixa de financiamento. Não foram encontradas, nas notas explicativas, informações relativas à classificação dos dividendos e JSCP, divergindo do proposto pela norma contábil. Para os dividendos e JSCP recebidos, os resultados de Costa et al. (2019) são semelhantes aos encontrados no presente trabalho, demonstrando que 21% das companhias de sua amostra classificam os dividendos e JSCP recebidos nos fluxos de caixa de investimentos.

A Tabela 7 indica a relação das companhias em estudo que são auditadas por auditorias *Big Four* e não *Big Four*.

Tabela 7Empresas de auditoria *Big Four*

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
<i>Big Four</i>	91	106	92	91	92	91	87	82	732
<i>Não Big Four</i>	44	29	43	44	43	44	48	53	348
Total	135	135	135	135	135	135	135	135	1080

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Durante o período analisado, cerca de 68% (732 em 1.080) das companhias foram auditadas por empresas *Big Four*. O ano de 2011 foi o ano em que mais companhias foram auditadas por elas. O ano em que menos companhias foram auditadas por uma *Big Four* foi 2017.

Para testar a hipótese de associação entre mudança de prática contábil e mudança da empresa de auditoria, usou-se o teste Qui-quadrado para cada escolha contábil em estudo. Por meio do teste Qui-quadrado, também foi verificado se o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* está associado à mudança das escolhas contábeis analisadas. A identificação da mudança da escolha contábil com a empresa de auditoria se relaciona com a qualidade do serviço de auditoria atribuída pelos investidores. Conforme afirmam DeAngelo (1981) e Francis e Yu (2010), o tamanho da empresa de auditoria pode estar ligado a um serviço de auditoria de maior qualidade e, para Rusmin (2010), a magnitude do gerenciamento de resultados é significativamente menor em empresas auditadas por uma *Big Four*. Nesse sentido, o resultado identificado no presente estudo pode estar ligado a ideia de que as empresas de auditoria *Big Four* fornecem serviços de auditoria de maior qualidade.

A Tabela 8 apresenta os resultados do teste Qui-quadrado para as escolhas contábeis referentes à mensuração de PPI, mensuração de estoques e à taxa de depreciação.

Tabela 8

Mudança da empresa de auditoria na mensuração de PPI, estoques e taxa de depreciação

		Não mudou a empresa de auditoria		Mudou a empresa de auditoria		Total	
Mensuração de PPI	Não mudou a escolha	114	94,21%	39	82,98%	153	91,07%
	Mudou a escolha	7	5,79%	8	17,02%	15	8,93%
	Total	121	100%	47	100%	168	100%
Mensuração de Estoques	Não mudou a escolha	518	99,04%	166	98,22%	684	98,84%
	Mudou a escolha	5	0,96%	3	1,78%	8	1,16%
	Total	523	100%	169	100%	692	100%
Taxa de Depreciação	Não mudou a escolha	666	97,94%	195	93,30%	861	96,85%
	Mudou a escolha	14	2,06%	14	6,70%	28	3,15%
	Total	680	100%	209	100%	889	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,022) mostra que existe uma associação entre a troca da empresa de auditoria e as mudanças na mensuração de PPI nas companhias da amostra. Verifica-se que 17,2% das companhias (Tabela 8) alteraram a prática relacionada à mensuração de PPI quando mudaram a empresa de auditoria, e 39 companhias não alteraram a prática quando trocaram a firma de auditoria. Contudo, percebe-se que das companhias que mantiveram a prática contábil, 94,21% permaneceram com a mesma empresa

de auditoria. Esse resultado corrobora a ideia de DeFond e Jambalvo (1992) de que os auditores tendem a sugerir que a companhia adote escolhas contábeis mais conservadoras, considerando que o custo histórico tende a ser mais conservador em relação ao valor justo, uma vez que é menos sujeito às manipulações e é mais passível de verificações quando comparado ao valor justo.

Acerca da mensuração dos estoques, foi detectado (Tabela 8) que apenas três companhias (1,78%), modificaram a escolha contábil quando efetuaram a alteração da empresa de auditoria. O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,386) não demonstra associação entre a mudança da escolha referente à mensuração dos estoques e à troca da empresa de auditoria. É possível identificar que, ao mensurar seus estoques pelo custo médio ponderado, as empresas estão optando por uma opção mais conservadora, visto que, quando comparado ao PEPS, o custo médio ponderado tende a reduzir o resultado da companhia.

O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,001) aponta (Tabela 8) que a mudança da prática contábil relacionada à taxa de depreciação está associada à troca da empresa de auditoria. Das companhias analisadas, 14 (6,70%) optaram por alterar a taxa de depreciação quando houve substituição da empresa de auditoria. No entanto, a maior parte das companhias (97,94%) optou por fazer a mesma escolha contábil enquanto foram auditadas pela mesma firma de auditoria. Destaca-se que 40% das companhias analisadas tenderam a optar pela taxa de depreciação fiscal, escolha que se presume ser mais conservadora – resultado que também reforça a ideia de que os auditores tendem a sugerir práticas contábeis que levem a uma redução no resultado.

A Tabela 9 expõe os resultados do teste Qui-quadrado para as escolhas contábeis referentes ao método de depreciação, parcelas do arrendamento mercantil operacional e parcelas do arrendamento mercantil operacional.

Tabela 9

Mudança da empresa de auditoria no método de depreciação, parcelas do arrendamento mercantil operacional e parcelas do arrendamento mercantil operacional

Método de depreciação		Não mudou a empresa de auditoria		Mudou a empresa de auditoria		Total	
	Não mudou a escolha	660	99,10%	202	97,12%	862	98,63%
	Mudou a escolha	6	0,90%	6	2,88%	12	1,37%
	Total	666	100%	208	100%	874	100%
Parcelas do arrendamento mercantil operacional	Não mudou a escolha	201	93,93%	57	85,07%	258	91,81%
	Mudou a escolha	13	6,07%	10	14,93%	23	8,19%
	Total	214	100%	67	100%	281	100%
Compras e vendas Regulares de ativos financeiros	Não mudou a escolha	270	93,43%	74	77,89%	344	89,58%
	Mudou a escolha	19	6,57%	21	22,11%	40	10,42%
	Total	289	100%	95	100%	384	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com relação ao método de depreciação, o teste Qui-quadrado (p -valor = 0,032) aponta (Tabela 9) a existência de associação entre a mudança da empresa de auditoria e do reconhecimento do método de depreciação. O número de companhias que alteraram o método de depreciação e, ao mesmo tempo, a empresa de auditoria, é de apenas seis empresas. Percebe-se que 660

companhias (99,10%) mantiveram a mesma prática contábil durante o período em que continuaram com a empresa de auditoria. Ressalta-se que as companhias da amostra adotaram predominantemente o método linear para depreciar seus ativos. Essa preferência indica a opção por uma escolha contábil menos conservadora, em razão de o método linear tender a elevar o resultado quando comparado ao método de saldos decrescentes e de unidades produzidas. Silva (2016) afirma que a propensão das empresas por depreciar seus ativos pelo método linear pode ser explicada pela predileção por conservar a prática contábil utilizada antes da adoção das IFRS, quando as normas contábeis eram vinculadas às normas fiscais no Brasil.

Por meio do teste Qui-quadrado (p -valor = 0,021), identificou-se (Tabela 9) a existência de uma associação entre a mudança no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional e a alteração da empresa de auditoria. É possível perceber que 14,93% das companhias verificadas alteraram a escolha contábil quando também mudaram a firma de auditoria. Entretanto, o percentual de empresas que mantiveram a mesma prática contábil enquanto conservaram a empresa de auditoria é de 93,93%. De forma complementar, destaca-se a preferência das companhias pelo método linear no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional – escolha que pode ser considerada menos conservadora. A predileção das companhias por adotar o método linear no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional tem como possível explicação a recomendação do CPC 06 pela adoção dessa prática.

No que se refere ao reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros, tem-se (Tabela 9) que 21 companhias (22,11%) que alteraram a auditoria também mudaram a prática contábil. O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,000) revela uma associação entre a alteração da empresa de auditoria e a mudança na escolha do reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros. Contudo, assim como para as escolhas verificadas anteriormente, percebe-se que, predominantemente durante o período em que as empresas mantiveram a mesma firma de auditoria, elas também permaneceram com a mesma escolha contábil. Ressalta-se como escolha preponderante o reconhecimento na data da negociação, escolha considerada mais conservadora dado que tende a reduzir os resultados. Esse resultado fortalece a ideia de DeFond e Jiambalvo (1992) de que os auditores sugerem a adoção de escolhas contábeis mais conservadoras.

A Tabela 10 indica os resultados do teste Qui-quadrado para as escolhas contábeis referentes à classificação de juros pagos, classificação de dividendos e JSCP pagos e classificação de dividendos e JSCP recebidos.

Tabela 10

Mudança na empresa de auditoria e classificação de juros pagos, dividendos e JSCP pagos e dividendos e JSCP recebidos

		Não mudou a empresa de auditoria		Mudou a empresa de auditoria		Total	
Juros pagos	Não mudou a escolha	491	93,52%	140	85,89%	631	91,72%
	Mudou a escolha	34	6,48%	23	14,11%	57	8,28%
	Total	525	100%	163	100%	688	100%
Dividendos e JSCP pagos	Não mudou a escolha	625	96,60%	186	97,89%	811	96,89%
	Mudou a escolha	22	3,40%	4	2,11%	26	3,11%
	Total	647	100%	190	100%	837	100%
Dividendos e JSCP recebidos	Não mudou a escolha	333	87,40%	91	78,45%	424	85,31%
	Mudou a escolha	48	12,60%	25	21,55%	73	14,69%
	Total	381	100%	116	100%	497	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com relação à classificação dos juros pagos, o teste Qui-quadrado (p-valor = 0,002) demonstra uma associação entre a alteração na classificação dos juros pagos e a troca da empresa de auditoria. Percebe-se (Tabela 10) que 23 empresas (14,11%), quando mudaram a empresa de auditoria, também alteraram a prática contábil. Entretanto, 491 empresas conservaram a mesma firma de auditoria e mantiveram a mesma prática contábil. Todavia, 85,89% das companhias conservaram a mesma prática contábil ainda que trocaram a firma de auditoria. A classificação dos juros pagos como fluxo de caixa operacional foi a mais adotada pelas empresas verificadas. Essa opção é considerada mais conservadora visto que leva a uma redução nos fluxos de caixa operacionais, resultado que também corrobora DeFond e Subramanyam (1998), indicando que os auditores possam ter preferência por métodos contábeis mais conservadores.

Quanto à classificação dos dividendos e JSCP pagos, pôde-se identificar que apenas quatro companhias (2,11%) modificaram a prática contábil quando efetuaram a troca da empresa de auditoria. Por meio do teste Qui-quadrado (p-valor = 0,366) não foi observada uma associação entre a alteração da firma de auditoria e a mudança na classificação dos dividendos e JSCP pagos. Destaca-se que 186 das companhias optaram por alterar a escolha contábil durante o período em que não trocaram a firma de auditoria. No entanto, a maior parte das companhias que manteve a prática contábil também manteve a empresa de auditoria. Além disso, a maior parte das companhias optaram pela classificação dos dividendos e JSCP pagos como fluxo de caixa de financiamento – escolha considerada menos conservadora.

Com relação à classificação dos dividendos e JSCP recebidos, o teste Qui-quadrado (p-valor = 0,021) indica (Tabela 10) uma associação entre a alteração na classificação dos dividendos e JSCP recebidos e a alteração da firma de auditoria. Nota-se que 25 das companhias mudaram a prática contábil quando alteraram a empresa de auditoria. Entretanto, 333 empresas (87,40%), enquanto mantiveram a firma de auditoria, também permaneceram com a mesma prática contábil, e 78,45% das companhias conservaram a prática contábil mesmo com a troca da firma de auditoria. A classificação dos dividendos e JSCP recebidos como fluxo de caixa de investimentos foi a prática mais adotada pelas empresas em estudo. Tal resultado indica uma preferência dos auditores por escolhas que

reduzam o resultado, corroborando as afirmações de DeFond e Subramanyam (1998).

De modo geral, os resultados obtidos sobre a relação entre escolhas contábeis e auditoria evidenciam a existência de uma associação entre as mudanças nas companhias de auditoria e a alteração nas escolhas contábeis, uma vez que o teste Qui-quadrado apontou associação para sete das escolhas contábeis estudadas, sendo elas: a mensuração de PPI, a taxa de depreciação, o método de depreciação, o reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, o reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros, a classificação de juros pagos e a classificação de dividendos e JSCP recebidos. Além disso, foi identificado que cinco (mensuração de PPI, mensuração de estoques, taxa de depreciação, classificação de juros pagos e classificação de dividendos e JSCP recebidos) das nove escolhas contábeis verificadas apontam a predominância da opção pelo critério mais conservador. Este resultado pode ser um indicativo de que os auditores tendem a sugerir a opção por uma escolha contábil mais conservadora, já que, das cinco práticas investigadas em que a opção foi pelo método mais conservador, quatro estão associadas à mudança da empresa de auditoria. Destaca-se, ainda, que as escolhas contábeis que apresentam predominância de opção por um critério conservador estão ligadas à mensuração de eventos contábeis e à classificação de itens na DFC, ou seja, referem-se a itens que impactam diretamente no resultado e no fluxo de caixa operacional.

Na sequência, foi realizado o teste Qui-quadrado com o intuito de verificar se o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* está associado à mudança das escolhas contábeis.

Na Tabela 11 estão expostos os resultados do teste Qui-quadrado para a mudança na mensuração de PPI, mensuração de estoques e taxa de depreciação e *Big Four*.

Tabela 11

Big Four ou não *Big Four* e mudança na mensuração de PPI, estoques e taxa de depreciação

		Não <i>Big Four</i>		<i>Big Four</i>		Total	
Mensuração de PPI	Não mudou a escolha	60	96,77%	93	87,74%	153	91,07%
	Mudou a escolha	2	3,23%	13	12,26%	15	8,93%
	Total	62	100%	106	100%	168	100%
Mensuração de estoques	Não mudou a escolha	232	100%	452	98,26%	684	98,84%
	Mudou a escolha	0	0%	8	1,74%	8	1,16%
	Total	232	100%	460	100%	692	100%
Taxa de depreciação	Não mudou a escolha	264	97,06%	597	96,76%	861	96,85%
	Mudou a escolha	8	2,94%	20	3,24%	28	3,15%
	Total	272	100%	617	100%	889	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,047) mostra (Tabela 11) que existe uma associação entre o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* e as mudanças na mensuração de PPI nas empresas analisadas. Verifica-se que 13 das companhias que alteraram a prática relacionada à mensuração de PPI foram auditadas por uma *Big Four*. Além disso, percebe-se que 93 companhias (87,74%) que mantiveram a prática contábil são auditadas por uma *Big Four*. Das companhias que não são auditadas por empresas *Big Four*, cerca de 96,77% (60

companhias) optaram pela não alteração da prática relacionada à mensuração de PPI. Assim como observado com a alteração das empresas de auditoria, percebe-se que as companhias em estudo, predominantemente, priorizam manter a mesma prática contábil no caso da mensuração de PPI.

Com relação à mensuração de estoques, o teste Qui-quadrado (p -valor = 0,043) revela (Tabela 11) uma associação entre a alteração na mensuração de estoques e a auditoria *Big Four*. Percebe-se que todas as oito companhias que mudaram a prática contábil foram auditadas por uma *Big Four*. Contudo, 100% das empresas mantiveram a prática contábil quando não foram auditadas por uma *Big Four*. Apesar de poucas empresas terem feito escolhas contábeis diferentes, os resultados apontam que, para a mensuração de estoques, a empresa de auditoria ser uma *Big Four* pode ser um fator que está associado à decisão por um método contábil, posto que quando as empresas não foram auditadas por uma *Big Four* todas mantiveram a mesma opção.

Quanto à mudança na taxa de depreciação, pôde-se identificar (Tabela 11) que 20 das companhias que modificaram a prática contábil tiveram como empresa de auditoria uma *Big Four*. O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,813) não demonstra uma associação entre a mudança na taxa de depreciação e a auditoria *Big Four*. Destaca-se que 264 das companhias que optaram por manter a prática contábil anterior teve como firma de auditoria uma *Big Four*. Contudo, percebe-se que 97,06% das empresas não auditadas por uma *Big Four* realizaram a mesma escolha contábil. Esse resultado difere daquele encontrado por Silva (2016). A autora encontrou uma associação entre a taxa de depreciação e a auditoria *Big Four*. Além disso, as empresas analisadas pela autora apresentaram preferência pela taxa econômica, resultado que difere do observado no presente estudo, pelo qual as empresas da amostra adotaram, em sua maioria, a taxa fiscal. Uma possível explicação para a opção de maior parte das companhias pela taxa fiscal pode estar relacionada à influência das normas fiscais na contabilidade do Brasil.

Na Tabela 12 são apresentados os resultados para o teste Qui-quadrado para a auditoria *Big Four* e a mudança no método de depreciação, parcelas do arrendamento mercantil operacional e compras e vendas regulares de ativos financeiros.

Tabela 12

Big Four ou não *Big Four* e mudança no método de depreciação, parcelas do arrendamento mercantil operacional e compras e vendas regulares de ativos financeiros

		<i>Não Big Four</i>		<i>Big Four</i>		Total	
Método de depreciação	Não mudou a escolha	263	98,50%	599	98,68%	862	98,63%
	Mudou a escolha	4	1,50%	8	1,32%	12	1,37%
	Total	267	100%	607	100%	874	100%
Parcelas do arrendamento mercantil operacional	Não mudou a escolha	27	87,10%	231	92,40%	258	91,81%
	Mudou a escolha	4	12,90%	19	7,60%	23	8,19%
	Total	31	100%	250	100%	281	100%
Compras e vendas regulares de ativos financeiros	Não mudou a escolha	92	90,20%	252	89,36%	344	89,58%
	Mudou a escolha	10	9,80%	30	10,64%	40	10,42%
	Total	102	100%	282	100%	384	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,833) aponta (Tabela 12) a não existência de associação entre a auditoria realizada por uma *Big Four* e a mudança do método de depreciação. Apesar de o teste Qui-quadrado não indicar uma associação entre a auditoria realizada por uma *Big Four* e a mudança no método de depreciação, percebe-se que 1,32% das companhias observadas adotaram uma prática contábil diferente quando auditadas por uma *Big Four*. Entretanto, o percentual de empresas que mantiveram a mesma prática relacionada ao método de depreciação é de 98,68%. Salienta-se o percentual considerável de 98,50% de companhias que não foram auditadas por uma *Big Four* e mantiveram a mesma escolha contábil.

O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,310) aponta (Tabela 12) que não existe uma associação entre o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* e as mudanças no reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional nas empresas analisadas. Verifica-se que 19 das companhias optaram por uma prática diferente, relacionada ao reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional quando foram auditadas por uma *Big Four*. Além disso, percebe-se que 231 das companhias (92,40%) que mantiveram a mesma prática contábil foram auditadas por uma *Big Four*. Das companhias que não foram auditadas por empresas *Big Four*, cerca de 87,10% optaram pela não alteração da prática contábil.

Quanto ao reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros, foi possível identificar (Tabela 12) que 30 das 40 companhias que modificaram a prática contábil foram auditadas por uma empresa *Big Four*. Pelo resultado do teste Qui-quadrado (p -valor = 0,813) não foi observada associação entre a firma de auditoria *Big Four* e a mudança no reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros. Destaca-se que a maior parte das companhias (89,36%) que optaram por não alterar a prática contábil foram auditadas por uma *Big Four*. Além disso, percebe-se que das empresas que não foram auditadas por uma *Big Four*, cerca de 90,20% mantiveram a mesma prática relacionada ao reconhecimento de compras e vendas regulares de ativos financeiros.

A Tabela 13 demonstra os resultados do teste Qui-quadrado para as escolhas contábeis referentes à classificação de juros pagos, dividendos e JSCP pagos e dividendos e JSCP recebidos.

Tabela 13

Big Four ou não *Big Four* e classificação de juros pagos, dividendos e JSCP pagos e dividendos e JSCP recebidos

		Não <i>Big Four</i>		<i>Big Four</i>		Total	
Juros pagos	Não mudou a escolha	93	93%	538	91,50%	631	91,72%
	Mudou a escolha	7	7%	50	8,50%	57	8,28%
	Total	100	100%	588	100%	688	100%
Dividendos e JSCP pagos	Não mudou a escolha	178	94,18%	633	97,69%	811	96,89%
	Mudou a escolha	11	5,82%	15	2,31%	26	3,11%
	Total	189	100%	648	100%	837	100%
Dividendos e JSCP recebidos	Não mudou a escolha	76	85,39%	348	85,29%	424	85,31%
	Mudou a escolha	13	14,61%	60	14,71%	73	14,69%
	Total	89	100%	408	100%	497	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com relação à classificação dos juros pagos, o teste Qui-quadrado (p -valor = 0,614) apontou (Tabela 13) que não existe associação entre a alteração na classificação dos juros pagos e a auditoria *Big Four*. Percebe-se que, de um total de 57 companhias que mudaram a prática contábil, 50 foram auditadas por uma *Big Four*. Quando não foram auditadas por uma *Big Four*, 7% das empresas adotaram uma prática contábil diferente, e 93% (538 empresas) mantiveram a prática anterior.

O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,015) demonstra que existe uma associação entre o fato de a empresa de auditoria ser uma *Big Four* e as mudanças na classificação dos dividendos e JSCP nas empresas analisadas. Verifica-se que 2,31% (15 empresas) das companhias que alteraram a escolha relacionada à classificação dos dividendos e JSCP foram auditadas por uma *Big Four*. Adicionalmente, percebe-se que 633 companhias (97,69%) que mantiveram a prática contábil são auditadas por uma *Big Four*. Das companhias que não são auditadas por empresas *Big Four*, cerca de 94,18% não alteraram a prática de classificação dos dividendos e JSCP.

Quanto à classificação dos dividendos e JSCP recebidos, foi possível identificar (Tabela 13) que de 73 companhias que modificaram a prática contábil, 60 (14,71%) foram auditadas por uma *Big Four*. O teste Qui-quadrado (p -valor = 0,981) evidencia que não foi verificada uma associação entre a firma de auditoria *Big Four* e a mudança na classificação dos dividendos e JSCP recebidos. Percebe-se que 348 (85,29%) das companhias que optaram por não modificar a prática contábil foram auditadas por uma *Big Four*. Além disso, é possível verificar que das empresas que não foram auditadas por uma *Big Four*, cerca de 85,39% mantiveram a escolha relacionada à classificação dos dividendos e JSCP recebidos.

Com relação à mudança da escolha contábil e à auditoria *Big Four*, percebe-se que, das nove escolhas investigadas, as escolhas relacionadas à mensuração de PPI, mensuração de estoques e classificação de dividendos e JSCP pagos demonstraram estar associadas ao fato de a empresa de auditoria ser ou não uma *Big Four*. É interessante frisar que as escolhas contábeis que não

apresentaram associação com a mudança da empresa de auditoria estão associadas ao fato de a auditoria ser uma *Big Four*, o que pode indicar que as *Big Four* podem defender, para seus clientes, práticas contábeis que se assemelham.

5 CONCLUSÕES

A auditoria exerce um papel relevante no processo de gestão das companhias, visto que valida as informações financeiras preparadas pela administração. Contudo, para que os usuários mantenham a confiança nas informações divulgadas, a auditoria deve ser considerada independente. Existe a possibilidade de que os auditores atuem como consultores nas companhias que auditam, podendo influenciar diretamente a preparação das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, a decisão por um ou outro método contábil. Ademais, entende-se que os auditores tendem a sugerir que as empresas adotem escolhas contábeis mais conservadoras, visto que estas escolhas reduzem o risco de litígio para os auditores. No entanto, caso a companhia auditada considere que outro auditor seja menos conservador, esta pode optar pela troca do auditor. A presente pesquisa teve como objetivo identificar a associação entre as empresas de auditoria independente e as escolhas contábeis, considerando a prática das empresas de auditoria de participar também do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Evidenciou-se, de modo geral, a existência de uma associação entre as alterações das empresas responsáveis pela auditoria e as mudanças nas práticas contábeis, diante da possibilidade de escolhas, confirmando a hipótese do estudo. Para nove escolhas que foram o foco do estudo, foi identificado, pelo Teste Qui-quadrado, que sete escolhas contábeis foram alteradas com a mudança da empresa de auditoria, sendo elas: a mensuração de PPI, a taxa de depreciação, o método de depreciação, o reconhecimento das parcelas do arrendamento mercantil operacional, o reconhecimento das compras e vendas regulares de ativos financeiros, a classificação de juros pagos e a classificação de dividendos e JSCP recebidos.

A partir do efeito em resultados e no fluxo de caixa, classificaram-se as escolhas investigadas em mais conservadoras ou menos conservadoras. Assim, foi possível identificar que, das nove escolhas contábeis verificadas, cinco (mensuração de PPI, mensuração de estoques, taxa de depreciação, classificação de juros pagos e classificação de dividendos e JSCP recebidos) foram mais conservadoras e quatro destas estão associadas à mudança da empresa de auditoria. Essa evidência indica que a mudança de empresa de auditoria pode induzir a práticas mais conservadoras num primeiro momento, com reflexos no resultado e no fluxo de caixa operacional.

Com o intuito de verificar a participação das empresas de auditoria *Big Four* nas mudanças das escolhas contábeis, constatou-se que quatro das nove escolhas investigadas estão relacionadas ao fato de a empresa de auditoria ser ou não uma *Big Four*, além de que empresas auditadas por uma *Big Four* não promoveram mudanças das escolhas contábeis.

No geral, os achados do estudo trazem algumas implicações teóricas e práticas. Primeiramente, é a indicação de que no Brasil o papel do auditor pode estar indo além da própria avaliação das demonstrações contábeis, por meio de

participações na elaboração destas demonstrações a partir da influência na escolha contábil do cliente. A segunda implicação é a tendência, na troca de empresa de auditoria, de que as escolhas contábeis sejam mais conservadoras, sinalizando que a troca de auditoria pode não ser motivada pela concordância com práticas que permitiriam aumentar o resultado e o fluxo de caixa dos clientes. Por fim, evidenciou-se que as empresas de auditoria Big Four não promoveriam mudanças de práticas contábeis ao assumir um novo cliente.

Esses resultados permitem estimar que existem padrões de práticas contábeis adotados por este conjunto de empresas de auditoria, o que, por via indireta e indevida, quanto ao papel do auditor, acaba por fomentar a comparabilidade e, conseqüentemente, a convergência das práticas contábeis dentro do país. Em seu conjunto, as evidências do estudo permitem depreender que sendo as Big Four associadas, na literatura, com a melhor qualidade dos serviços de auditoria e menor gerenciamento de resultados, melhor qualidade dos relatórios auditados, e conseqüentemente, maior confiabilidade do mercado, é de se supor que as práticas adotadas por empresas auditadas por Big Four podem ser validadas como sendo de qualidade. Mesmo esta pesquisa não tendo o propósito de indicar a melhor escolha contábil para as companhias, a prevalência das mesmas práticas por companhias auditadas por Big Four pode remeter a uma padronização de práticas contábeis atestadas por auditoria e consideradas de qualidade.

Ressalta-se a necessidade de cautela na generalização dos resultados dado o número de escolhas contábeis verificadas. Adicionalmente, a presumida associação entre auditores e as escolhas contábeis foi detectada apenas com base nas demonstrações financeiras publicadas, ou seja, nenhuma entrevista ou outro contato estruturado foi realizado com esses profissionais. A relação entre as escolhas realizadas pelas companhias, mediadas pela auditoria, e a qualidade da informação contábil não foi foco da pesquisa, ensejando a realização de mais estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- Ali, M. J.; Ahmed, K. (2017). Determinants of accounting policy choices under international accounting standards: Evidence from South Asia. *Accounting Research Journal*, 30(4), 430-446. DOI: <https://doi.org/10.1108/ARJ-02-2015-0020>
- Astami, E. W.; Tower, G. (2006). Accounting-policy choice and firm characteristics in the Asia Pacific region: An international empirical test of costly contracting theory. *The International Journal of Accounting*, 41(1), 1-21. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2005.12.004>
- Beattie, V.; Fearnley, S.; Brandt, R. (2000). Behind the audit report: a descriptive study of discussions and negotiations between auditors and directors. *International Journal of Auditing*, 4(2), 177-202. DOI: <https://doi.org/10.1111/1099-1123.00312>

- Botinha, R. A.; Lemes, S. (2017). Comparabilidade das escolhas contábeis em propriedades para investimentos de empresas listadas na BM&FBOVESPA e NYSE. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(1), 113-132, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n1a7
- Christensen, H. B.; Nikolaev, V. V. (2013). Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test? *Review of Accounting Studies*, 18(3), 734-775. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-013-9232-0>
- Cole, V.; Branson, J.; Breesch, D. (2013). Determinants influencing the IFRS accounting policy choices of European listed companies. SSRN. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2217498>
- Costa, P. S.; Pinto, A. F.; Nunes, F. M.; Lemes, S. (2019). Comparability of Accounting Choices in the Statement of Cash Flow: Evidence from Brazil. *Contaduría y Administración*, 64(3), 1-32. DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/fca.24488410e.2018.1445>
- Daniels, B. W.; Booker, Q. (2011). The effects of audit firm rotation on perceived auditor independence and audit quality. *Research in Accounting Regulation*, 23(1), 78-82. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2011.03.008>
- Deangelo, L. E. (1981). Auditor independence, "low balling", and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3(2), 113-127. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(81\)90009-4](https://doi.org/10.1016/0165-4101(81)90009-4)
- De George, E. T.; Li, X.; Shivakumar, L. (2016). A review of the IFRS adoption literature. *Review of Accounting Studies*, 21(3), 898-1004. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2664475>
- Defond, M. L.; Jiambalvo, J. (1994). Debt covenant violation and manipulation of accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 17(1-2), 145-176. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90008-6](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90008-6)
- Defond, M. L.; Subramanyam, K. R. (1998). Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 25(1), 35-67. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(98\)00018-4](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(98)00018-4)
- Dichev, I. D.; Li, F. (2013). Growth and accounting choice. *Australian Journal of Management*, 38(2), 221-252. DOI: <https://doi.org/10.1177/0312896212469520>
- Francis, J., Pinnuck, M., & Watanabe, O. (2014). Auditor Style and Financial Statement Comparability. *The Accounting Review*, 89(2), 605-633. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr-50642>
- Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521-1552. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.5.1521>

- Fields, T. D.; Lys, T. Z.; Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 255-307. DOI: <https://doi.org/10.1177/0312896212469520>
- Firmino, J. E.; Damascena, L. G.; Paulo, E. (2011). Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(3), 40-50. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v5i3.13215
- Gordon, E. A.; Henry, E.; Jorgensen, B.N.; Linthicum, C.I. (2017). Flexibility in cash-flow classification under IFRS: determinants and consequences. *Review of Accounting Studies*, 22(2), 839-872. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-017-9387-1>
- Hagerman, R. L.; Zmijewski, M. E. (1979). Some economic determinants of accounting policy choice. *Journal of accounting and economics*, 1(2), 141-161. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(79\)90004-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(79)90004-1)
- Hatfield, R. C.; Mullis, C. (2015). Negotiations between auditors and their clients regarding adjustments to the financial statements. *Business Horizons*, 58(2), 203-208. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2014.11.008>
- Holthausen, R. W.; Leftwich, R. W. (1983). The economic consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 77-117. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90007-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90007-1)
- Jones, S.; Higgins, A. D. (2006). Australia's switch to international financial reporting standards: a perspective from account preparers. *Accounting & Finance*, 46(4), 629-652. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2006.00186.x>
- Kothari, S.P., Ramanna, K., and D. Skinner. (2010). Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 50 (2-3): 246-286. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.003>
- Lemes, S.; Costa, P. S.; Martins, V. A. (2018). Comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração do imobilizado de empresas listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(2), 231-249. DOI: https://doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n2a5
- Levine, M. D.; Berenson, M. L.; Stephan, D. (2000). *Estatística: teoria e aplicações*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Martinez, A. L. (2010). Corporate governance, auditing and earnings management through accounting choices and operational decisions in Brazil. SSRN. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1595089>
- Messier, W. F.; Quick, L. A.; Vandervelde, S. D. (2014). The influence of process accountability and accounting standard type on auditor usage of a status

quo heuristic. *Accounting, Organizations and Society*, 39(1), 59-74. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2013.12.002>

Missonier-Piera, F. (2004). Economic determinants of multiple accounting method choices in a Swiss context. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 15(2), 18-144. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-646X.2004.00104.x>

Paulo, E. (2007). Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. (Tese de Doutorado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.12.2007.tde-28012008-113439>

Perreault, S.; Kida, T. (2011). The relative effectiveness of persuasion tactics in auditor-client negotiations. *Accounting, Organizations and Society*, 36(8), 534-547. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2011.09.001>

Quick, R.; Warming-Rasmussen, B. (2009). Auditor independence and the provision of non-audit services: Perceptions by German investors. *International Journal of Auditing*, 13(2), 141-162. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2009.00397.x>

Reynolds, J. K.; Francis, J. R. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), 375-400. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00010-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00010-6)

Rusmin, R. (2010). Auditor quality and earnings management: Singaporean evidence. *Managerial Auditing Journal*, 25(7), 618-638. DOI: <https://doi.org/10.1108/02686901011061324>

Salterio, S.; Koonce, L. (1997). The persuasiveness of audit evidence: the case of accounting policy decisions. *Accounting, Organizations and Society*, 22(6), 573-587. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00002-0](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00002-0)

Silva, D. M. (2016). Escolhas contábeis e características corporativas de empresas de grande porte na adoção do IFRS em duas etapas: diagnóstico e análise. (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.96.2016.tde-11082016-104205>

Souza, F. E. A.; Lemes, S. (2016). A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 169-184. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501480>

Watts, R. L. (1992). Accounting choice theory and market-based research in accounting. *The British Accounting Review*, 24(3), 235-267. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0890-8389\(05\)80023-X](https://doi.org/10.1016/S0890-8389(05)80023-X)

Watts, R. L. (2003). Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207-221. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch.2003.17.3.207>

Watts, R. L.; Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten-year perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156. DOI: <https://www.jstor.org/stable/247880>

Waweru, N. M.; Ntui, P.; Mangena, M. (2011), Determinants of different accounting methods choice in Tanzania: A positive accounting theory approach. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 1(2), 144-159. DOI: <https://doi.org/10.1108/20421161111138503>

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Contribuição	Aline Fernandes Pinto	Sirlei Lemes
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	✓	✓
2. Definição do problema de pesquisa	✓	✓
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	✓	✓
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa	✓	✓
5. Coleta de dados	✓	
6. Análises e interpretações dos dados coletados	✓	✓
7. Conclusões da pesquisa	✓	✓
8. Revisão crítica do manuscrito	✓	✓
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	✓	✓
10. Orientação		✓